

A. I. Nº - 087461.0101/15-8
AUTUADO - LINDE GASES LTDA.
AUTUANTE - HÉLIO SILVA DAMASCENO
ORIGEM - INFAZ INDÚSTRIA
INTERNET - 16.10.2015

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0189-04/15

EMENTA: ICMS. 1. PROGRAMA DESENVOLVE. PARCELA NÃO SUJEITA À DILAÇÃO DE PRAZO. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração não impugnada. **2.** CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MERCADORIA DESTINADA AO USO E CONSUMO. Infração não contestada. **3.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE PAGAMENTO. MERCADORIAS PARA USO E CONSUMO. Efetuada correção no cálculo do imposto. Infração subsistente em parte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 24/03/15, exige ICMS no valor de R\$315.532,71, imputando ao autuado o cometimento das seguintes infrações:

Infração 1 - Recolheu a menos de ICMS em razão de erro na determinação do valor da parcela sujeita à dilação de prazo prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE. Foi lançado imposto no valor de R\$293.768,17, mais multa de 60%.

Infração 2 – Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento. Foi lançado imposto no valor de R\$9.280,46, acrescido de multa de 60%.

Infração 3 - Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da federação e destinadas ao consumo do próprio estabelecimento. Foi lançado imposto no valor de R\$12.466,08, mais multa de 60%.

O autuado apresentou defesa (fls. 65 a 78) e, após efetuar uma síntese dos fatos, afirma que efetuará o pagamento das infrações 1 e 2.

Quanto à infração 3, sustenta que o diferencial de alíquotas de todas as notas fiscais relacionadas na autuação foi recolhido, exceto quanto às transferências recebidas através do código fiscal de operações e prestações (CFOP) 2.557, cujo valor totaliza R\$3.794,57.

Apresenta demonstrativo no qual relaciona as parcelas lançadas pelo autuante, os recolhimentos efetuados e os débitos que no seu entendimento remanescem. Diz que, quanto às notas fiscais de entradas dos meses de junho e julho de 2012, efetuou o recolhimento do diferencial de alíquotas com o código 806 (ICMS normal).

Frisa que houve o recolhimento parcial da diferença de alíquotas nos meses de fevereiro, março, maio, junho e julho de 2012, no total de R\$9.027,02, como se depreende dos DAEs anexados aos autos, bem como da apuração efetuada pelo autuante (“doc. 3” – fls. 81 a 105).

Ressalta que já efetuou a retificação das DMAs, conforme comprova o “doc. 2” (fls. 71 a 80), para fazer constar os valores recolhidos a título de diferença de alíquota.

Ao finalizar, solicita que a infração impugnada seja julgada procedente em parte no valor de R\$3.794,57. Requer a homologação dos pagamentos realizados quanto às infrações 1 e 2.

À fl. 135, consta petição do autuado, na qual é solicitado documento de arrecadação estadual para o pagamento dos valores exigidos nas infrações 1 e 2. Também é requerido parcelamento do débito que venha a remanescer quanto à infração 3.

Ao prestar a informação fiscal, fl. 147, o autuante faz uma breve síntese dos fatos e, em seguida, afirma que *“Acatamos a impugnação apresentada pelo autuado, comprovando que os valores não compreendidos na apuração foram, no entanto, recolhidos através de DAEs separados”*. Diz que, dessa forma, a infração 3 fica reduzida para R\$ 3.794,57, conforme demonstrativo de fl. 68.

Às fls. 150 e 151 dos autos, foram acostados extratos do SIGAT (Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária) referentes ao pagamento da parte do Auto de Infração que foi reconhecida como procedente.

VOTO

No Auto de Infração em tela, o autuado foi acusado do cometimento de três ilícitos fiscais. O contribuinte reconhece a procedência das infrações 1 e 2 e efetua o pagamento do valor correspondente. Dessa forma, não há lide quanto a essas duas infrações e, portanto, são procedentes, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Quanto à infração 3, a qual trata de falta de pagamento de ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas, o autuado impugna parcialmente a exigência fiscal, sob o argumento de que efetuou o pagamento do imposto, exceto quanto às transferências recebidas sob o CFOP 2.557. Reconhece que é devido o valor de R\$3.794,57. Como prova desse seu argumento, apresenta demonstrativo e fotocópia de documentos de arrecadação estadual.

Na informação fiscal, o autuante acata sem ressalva o argumento defensivo e sugere que a infração em comento seja julgada procedente em parte no valor apontado na defesa.

Acolho o posicionamento pugnado pelo autuante na informação fiscal, tendo em vista que foi esse auditor que desenvolveu a ação fiscal que culminou na lavratura do Auto de Infração em comento e que teve acesso aos livros e documentos do autuado, fatos que lhe permitiram concluir pela exclusão dos valores impugnados.

Dessa forma, a infração 3 subsiste parcialmente no valor de R\$3.794,57, ficando o demonstrativo de débito conforme o apresentado à fl. 68.

Por fim, quanto ao pedido de parcelamento do débito remanescente quanto à infração 3, saliento que a apreciação de tal pleito ultrapassa a competências deste órgão julgador administrativo.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$306.861,20, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **087461.0101/15-8**, lavrado contra **LINDE GASES LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$306.861,20**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, inciso II, alíneas “a” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 01 de outubro de 2015

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR – JULGADOR